

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.616.850 - RS (2019/0333019-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO
UNIAO DE ESTADOS RIO GRANDE DO SUL, SANTA
CATARINA E MINAS GERAIS - SICREDI UNIESTADOS
ADVOGADOS : FABIANO JANTALIA BARBOSA - DF022232
MARCIO VIDAL DE CAMPOS VALADARES - DF055028
AGRAVADO : ANDERSON LUIS MAZUTTI
ADVOGADO : LETÍCIA BARP RODRIGUES E OUTRO(S) - RS083109

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CDI. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TAXAS E TARIFAS. IOF. VIOLAÇÃO A RESOLUÇÃO E CIRCULAR. DISPOSIÇÕES NORMATIVAS QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE ESTADOS RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS - SICREDI UNIESTADOS contra a decisão de fls. 243-254 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (fls. 157-158, e-STJ):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CDI. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TAXAS E TARIFAS. IOF. PREQUESTIONAMENTO.

DA APELAÇÃO DA DEMANDADA.

DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. Estando a taxa pactuada pelas partes dentro dos limites previstos na média de mercado apurada pelo BACEN, a contratação deve ser preservada.

Sentença reformada.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA.

Diante da abusividade da taxa pactuada, impõe-se a revisão do contrato a fim de limitar os juros de mora ao patamar estabelecido legalmente (1% ao mês).

Inadmissibilidade de cláusula prevendo remuneração pela Taxa CID, em afronta ao preceituado pela Súmula 176 do STJ.

DA APELAÇÃO DO AUTOR.

DA CAPITALIZAÇÃO. É permitida a capitalização em periodicidade inferior à anual após a edição da Medida Provisória nº 2.170/2001, desde que expressamente pactuada. Contratação legítima. Precedentes. Súmulas 539 e 541 do STJ.

DA COMISSÃO E PERMANÊNCIA. A comissão de permanência deve ser expressamente pactuada, somente podendo ser examinada quando prevista no contrato. Sua exigibilidade submete-se aos parâmetros do STJ. Não prevista contratualmente, inexistente interesse em revisar o contrato no ponto.

DA TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO. Não havendo previsão contratual para incidência de TAC, e não demonstrada sua cobrança, carece a parte autora de interesse em revisar o contrato no tópico.

DA INOVAÇÃO RECURSAL - TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO, SERVIÇO DE TERCEIROS E DE REGISTRO DE CONTRATO. Não tendo o autor requerido na inicial a revisão do contrato no tocante às tarifas de emissão de boleto, serviço de terceiro e de registro de contrato, resta configurada inovação recursal. Apelação não conhecida no tópico.

DO IMPOSTO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS. É devido o pagamento de IOF nos contratos de alienação fiduciária, segundo jurisprudência do STJ (REsp nº 1.251.331 -RS).

DO PREQUESTIONAMENTO. Desnecessidade de o decisor enfrentar uma a uma todas as normas legais citadas pelas partes ou existentes sobre o tema, sendo suficiente ao julgador fundamentar as teses que embasam a decisão.

DA SUCUMBÊNCIA. Redimensionada.

APELAÇÃO DO AUTOR CONHECIDA EM PARTE E, NESTA, DESPROVIDA. APELAÇÃO DA DEMANDADA PARCIALMENTE PROVIDA.

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 184-191, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 195-218, e-STJ), além de dissídio jurisprudencial, a recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação dos normativos a seguir:

- a) arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015;
- b) art. 28, § 1º, II, da Lei 1.0931/2004;
- c) Resolução CMN 1.143, de 1986;
- d) Circular BACEN 2.905, de 1999;

Sustentou, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a omissão do Colegiado estadual em analisar questões relevantes para o deslinde da controvérsia, bem como ausência de fundamentação no acórdão impugnado; (ii) legalidade da utilização do CDI (certificado de depósito interfinanceiro) como critério de indexação de operações financeiras.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial pelos seguintes fundamentos: a) a violação a portarias e circulares não enseja a interposição de recurso especial, porquanto os aludidos normativos não se enquadram no conceito de lei federal; b) não configurada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois as questões trazidas pela recorrente foram analisadas e a decisão encontra-se fundamentada; e c) aplicação da Súmula 83/STJ, haja vista o acórdão estadual encontrar-se em harmonia com jurisprudência desta Corte.

Irresignada (fls. 256-276, e-STJ), aduz a agravante que o reclamo merece trânsito, refutando os retrocitados óbices de admissibilidade.

Sem contraminuta, conforme certificado à fl. 279 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não é possível o conhecimento do recurso especial em que se alega ofensa aos artigos da Circular BACEN 3518/2007 e da Resolução CMN 1.143, de 1986, porquanto circulares, resoluções, portarias, súmulas, bem como dispositivos inseridos em

regimentos internos não se enquadram no conceito de lei federal previsto no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESOLUÇÃO N. 289/83 DO CONFEA. INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA OS CONSELHOS REGIONAIS. EQUIPARAÇÃO ENTRE FACULDADE E UNIVERSIDADE. INTERPRETAÇÃO DA RESOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A controvérsia dos autos foi decidida pela origem com base no entendimento de que a Resolução n. 289/83, editada pelo CONFEA, extrapolou os limites previstos nas Leis 4024/61, 5540/68 e 9394/96, ao indicar para a composição dos conselhos regionais um representante para cada instituição de ensino superior, equiparando as faculdades às universidades. 2. Conferir a interpretação que se quer dar ao presente recurso, de que a Resolução 389/03 do CONFEA tem respaldo legal e está compatível com o disposto nas referidas leis, demandaria interpretação de ato normativo secundário, o que é vedado nesta via, por não se enquadrar no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, "a", da CF. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1478626/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda turma, julgado em 04/11/2014, DJe 14/11/2014)

Com efeito, apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi suficientemente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão dos recorrentes.

A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente – situação facilmente constatável *in casu* –, não caracteriza ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ATIVIDADE ESPECIAL. AERONAUTA. LEI 9.032/1995. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA ESPECIALIDADE. CONDIÇÃO DE INSALUBRIDADE ATESTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PORTARIA MINISTERIAL. NÃO CABIMENTO. NORMA QUE ESCAPA AO CONCEITO DE LEI FEDERAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC.(...) 3. No que se refere à nocividade do labor exercido, é evidente que eventual violação aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 seria meramente reflexa, e não direta, porque para a apreciação da controvérsia, quanto à alegada inobservância dos

critérios de pressão atmosférica anormal, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial, seria imprescindível o exame da Norma Regulamentadora NR-15, do Ministério do Trabalho e Emprego, não cabendo, portanto, analisar a questão em Recurso Especial. 4. Ademais, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos. Desse modo, verifica-se que a análise da controvérsia demanda reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça. Súmula 7/STJ. 5. Recurso Especial não provido (REsp 1614624/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/09/2016, DJe 06/10/2016).

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Em relação à utilização do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul considerou abusiva a cláusula que sujeitava o devedor a esta taxa, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 165-166):

A instituição financeira recorre pugnando pela manutenção dos juros moratórios, assim como da incidência CDI no contrato.

Analizando a cédula de crédito bancário em exame, acostada às fls. 29-31, firmada entre as partes em 09.10.2014, verifico constar na cláusula que dispõe acerca dos encargos moratórios, que, para o período de inadimplência, incidirá remuneração acumulada, no período, dos Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDI), apurada e divulgada pela CETIP S.A. U3, mais juros efetivos anuais de 124,999990 ao ano (fl. 29v.).

No entanto, em conformidade com a súmula 176 do STJ, É nula a cláusula contratual que sujeita o devedor a taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP.

Além disso, no caso, como transcrito acima, a taxa de juros moratórios restou pactuada em 124,999990% ao ano, cumulada com remuneração dos Certificados.

De acordo com a Súmula 596 do STF, assim como com a Súmula 379 do STJ2, os juros moratórios contratados poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês.

Consta, ainda, no acórdão dos embargos de declaração (e-STJ, fl. 187):

Veja-se que a decisão recorrida expôs de maneira clara e precisa as razões pelas quais entendeu pela ilegalidade do CDI, fundamentando-se nos posicionamentos adotados por este Órgão Judicante, e também, pelos inúmeros julgados do Egrégio Tribunal de Justiça acerca da matéria ventilada.

Com efeito, conquanto a Súmula 176 do STJ verse sobre a vedação de

cláusula contratual que preveja a sujeição do devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID-CETIP, o raciocínio desenvolvido na construção da jurisprudência que subjaz o referido enunciado sumular é o mesmo que deve ser aplicado à correção monetária.

A taxa do CDI, como cediço, representa o custo médio de captação de recursos entre as instituições financeiras que pretendam cobrir eventuais *déficits* de caixa. Trata-se, portanto, de título com o fim específico de remunerar a referida operação financeira, a significar que não tem a função de recompor as perdas decorrentes da inflação, característica da correção monetária.

No particular, extrai-se de um dos julgados que subsidiaram a Súmula 176 do STJ a afirmação de que é "ilegal a previsão contratual de taxa a ser divulgada pela ANBID, por estar submetida ao arbítrio de uma das partes" (AgRg no Ag 68.529/RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 2/9/1996). O mesmo fundamento se aplica à correção monetária, como expressão de atualização do valor da moeda.

Destaca-se, ainda, o seguinte julgado:

CONTRATO DE LEASING - REAJUSTE - TAXAS DIVULGADAS PELA ANBID - ILICITUDE - SÚMULA 176/STJ.
1. Nos termos da Súmula 176/STJ, é ilícita a cláusula contratual que estabelece a aplicação de encargos financeiros à taxa divulgada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, por ficar ao arbítrio de uma das partes contratantes. Precedentes da Corte. (REsp 130.434/RJ, Relator o Ministro Waldemar Zveiter, DJ de 26/6/2000).

Outrossim, ao contrário do afirmado pela recorrente, a Corte de origem expressamente consignou que o CDI foi utilizado com indexador de atualização monetária. Assim, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria, no ponto, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra vedado ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, a análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula n. 7/STJ, porquanto não é possível encontrar

Superior Tribunal de Justiça

similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em virtude de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator